



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 134/2025

Estabelece diretrizes para a distribuição de assessores de primeiro grau no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da [Constituição Federal](#), pelo art. 18, inciso I, do [Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba](#), e pelo art. 9º do Regimento Interno deste Tribunal;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da eficiência, da razoável duração do processo e da economicidade, previstos nos arts. 37 e 5º, inciso LXXVIII, da [Constituição Federal](#);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela [Resolução CNJ nº 194/2014](#), e as diretrizes de equalização da força de trabalho previstas na [Resolução CNJ nº 219/2016](#);

CONSIDERANDO a necessidade de critérios técnicos e uniformes para a distribuição da força de trabalho de apoio técnico-jurídico, vinculando-a à carga de trabalho das unidades judiciárias;

CONSIDERANDO a importância de otimizar os recursos humanos especializados no âmbito do Poder Judiciário estadual, assegurando aproveitamento da experiência técnica e continuidade dos serviços jurisdicionais;

CONSIDERANDO a recente publicação da [Lei Estadual nº 13.865, em 02 de setembro de 2025](#), que criou 150 cargos de assessor de primeiro grau;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
Das diretrizes gerais

Art. 1º Fica estabelecida a distribuição de assessores de primeiro grau do Poder Judiciário do Estado da Paraíba conforme as especificações deste Ato e do Anexo, que o integra para todos os efeitos legais e administrativos.

Parágrafo único. A alocação de assessores visa a assegurar suporte adequado ao exercício da função jurisdicional, considerando as especificidades de cada competência material e as demandas processuais das unidades judiciárias.

CAPÍTULO II

Da distribuição nas comarcas de menor porte

Art. 2º Nas comarcas de vara única, em razão da ampla competência material e da sobrecarga administrativa, cada magistrado será apoiado por, no mínimo, três assessores de primeiro grau, salvo as exceções previstas no Anexo deste ato.

Parágrafo único. Nas hipóteses de volume processual inferior à média estadual nas varas únicas, o número de assessores poderá ser fixado em até dois, sendo os excedentes realocados para unidades com maior demanda.

Art. 3º Nas comarcas com duas ou três unidades judiciárias, considerando a distribuição mais equilibrada da carga de trabalho, o quadro básico será de dois assessores de primeiro grau por magistrado, podendo o Tribunal proceder ao reforço do quadro quando o fluxo processual superar significativamente a média das comarcas de igual porte.

CAPÍTULO III

Da distribuição nas comarcas de maior porte

Art. 4º Nas comarcas com mais de três unidades judiciárias, a distribuição inicial de assessores observará um sistema de ponderação, com base na média aritmética trienal de casos novos e nos fatores de complexidade da competência material.

Parágrafo Único. A alocação final considerará a quantidade de assessores disponíveis, podendo o Tribunal estabelecer quantitativo inferior ao ideal.

Art. 5º Os assessores de primeiro grau que acompanham juízes auxiliares em substituições superiores a 60 (sessenta) dias serão computados no quantitativo da unidade de destino para fins de cálculo do número previsto neste Ato.

§ 1º O assessor do juiz auxiliar o acompanhará na designação, computando-se como excedente, para fins de alocação final, aquele oriundo da unidade judiciária em que o auxiliar vier a atuar.

§ 2º Na hipótese mencionada no parágrafo anterior, a Gerência de Primeiro Grau - GEPRI notificará o magistrado para que este indique, no prazo de 48 horas, qual assessor será computado como excedente. O assessor indicado será então designado pela Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba para integrar outras estruturas de apoio direto à atividade jurisdicional. Se o magistrado não fizer a indicação dentro do prazo estabelecido, será automaticamente escolhido o assessor do juiz auxiliar.

§ 3º Ao cessar a designação do juiz auxiliar, a Gerência de Primeiro Grau - GEPRI comunicará à Gerência de Acompanhamento e Controle - GEACO para fins de retorno, imediato, do assessor da unidade de origem.

§ 4º Nas hipóteses de atuação do juiz auxiliar em regime de auxílio, caberá à Presidência avaliar a permanência do assessor na unidade.

CAPÍTULO IV

Da flexibilização e da vinculação do assessores à carga de trabalho

Art. 6º A distribuição dos assessores observará a carga de trabalho da unidade judiciária, podendo ser ajustada para atender às necessidades do serviço, independentemente da movimentação do magistrado.

Art. 7º A Presidência do Tribunal poderá flexibilizar os critérios gerais de distribuição previstos neste Ato, nas seguintes hipóteses, dentre outras devidamente justificadas:

I – quando houver redistribuição superveniente de competências, com transferência de acervo processual capaz de comprometer a tempestividade da prestação jurisdicional;

II – em casos de incremento excepcional da demanda processual, decorrente de ondas de litigância, catástrofes naturais, alterações legislativas ou outros fatores que provoquem fluxo anormal de processos;

III – quando o acervo processual pendente de julgamento revelar-se desproporcionalmente elevado em razão de fatores estruturais, demandando reforço temporário ou permanente na assessoria técnica;

IV – nas situações em que imperativos de interesse público ou determinações de órgãos superiores justifiquem tratamento diferenciado para determinadas unidades judiciárias.

Parágrafo único. A flexibilização terá caráter temporário e será revista de acordo com o disposto no art. 10 deste Ato.

CAPÍTULO V

Da composição e da designação especial de assessores

Art. 8º No mínimo 20% (vinte por cento) do total de assessores de primeiro grau do Poder Judiciário do Estado da Paraíba deverão ser servidores efetivos do quadro permanente.

§ 1º A observância do percentual mínimo de servidores efetivos será assegurada mediante distribuição equilibrada entre as unidades judiciárias, de modo que:

I – unidades com 2 (dois) assessores poderão, a critério da Presidência, não contar com servidor efetivo, sem prejuízo da preservação do percentual global;

II – unidades com 3 (três) ou 4 (quatro) assessores deverão contar, preferencialmente, com 1 (um) servidor efetivo;

III – unidades com 5 (cinco) ou mais assessores deverão contar, preferencialmente, com 2 (dois) servidores efetivos.

§ 2º A Presidência promoverá os ajustes necessários para assegurar o cumprimento do percentual mínimo previsto no caput.

§ 3º A observância do percentual mínimo incidirá, preferencialmente, sobre as novas nomeações, sem prejuízo da preservação da estrutura vigente.

Art. 9º É facultada à Presidência do Tribunal a designação de assessores judiciais para unidades ou setores de apoio direto à atividade jurisdicional, desde que comprovada a imprescindibilidade do suporte técnico especializado.

Parágrafo único. Enquadram-se na hipótese prevista no caput as estruturas de apoio direto à atividade jurisdicional, a exemplo dos Grupos de Assessoramento Temporário, Núcleos de Justiça 4.0, Turma de Uniformização e Contadoria Estadual.

CAPÍTULO VI

Da revisão e da reestruturação

Art. 10. O sistema de distribuição de assessores de primeiro grau será objeto de revisão permanente, assegurando-se sua adequação às necessidades do serviço jurisdicional, mediante:

I – revisão no primeiro semestre de cada início de gestão, com base em análise técnica dos dados estatísticos de produtividade e movimentação processual;

II – revisão extraordinária, sempre que houver alteração de competência, criação, transformação, agregação ou desinstalação de unidades judiciárias.

§ 1º Em caso de desinstalação, agregação, unificação ou transformação de unidades judiciárias, o número de assessores será readequado de acordo com a nova configuração.

§ 2º A Presidência poderá atualizar os parâmetros de complexidade, seja para refletir especificidades locais, seja para atender a normativos do Conselho Nacional de Justiça ou de outros órgãos de controle.

CAPÍTULO VII

Da operacionalização

Art. 11. O pedido de nomeação de assessor de primeiro grau deverá ser protocolado via Sistema Eletrônico de Informações – SEI e direcionado ao Gabinete do Juiz Auxiliar II.

§ 1º A Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP atuará em coordenação com o Gabinete do Juiz Auxiliar II e com a Gerência de Primeiro Grau – GEPRI para:

- I – manter controle atualizado do quantitativo de assessores por unidade judiciária;
- II – acompanhar o cumprimento dos parâmetros estabelecidos neste Ato;
- III – elaborar relatórios periódicos sobre a distribuição da força de trabalho.

§ 2º O controle previsto no parágrafo anterior compreenderá registro detalhado das movimentações, designações e substituições de assessores, assegurando transparência e rastreabilidade das decisões administrativas.

§ 3º A DIGEP manterá sistema informatizado de acompanhamento que permita consulta em tempo real sobre o quantitativo e a distribuição de assessores nas unidades judiciárias do Estado.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Art. 12. A concessão de férias simultâneas aos assessores judiciais observará a limitação de até metade do quantitativo lotado em cada unidade judiciária, de modo a assegurar a manutenção de estrutura mínima de trabalho.

§ 1º A regra prevista no caput aplica-se, igualmente, ao período de gozo de férias ou afastamentos dos magistrados, de modo que, durante suas ausências, reste preservada a capacidade de apoio técnico-jurídico para o juiz substituto ou auxiliar.

§ 2º Caberá à Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP o controle da simultaneidade de férias, em articulação com a Gerência de Primeiro Grau – GEPRI, a fim de garantir o cumprimento deste dispositivo.

Art. 13. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 14. Fica revogado o [Ato da Presidência do Tribunal de Justiça nº 22/2022](#).

Art. 15. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Presidência do Tribunal. Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe em 29.09.2025.

ANEXO
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 134/2025
Distribuição de assessores judiciais de 1º Grau
BLOCO 1 - VARAS ÚNICAS - ENTRÂNCIA INICIAL

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato Nº 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	ÁGUA BRANCA	VARA ÚNICA DE ÁGUA BRANCA	2	2
2	ALAGOA GRANDE	VARA ÚNICA DE ALAGOA GRANDE	3	4
3	ALAGOA NOVA	VARA ÚNICA DE ALAGOA NOVA	2	2
4	ALAGOINHA	VARA ÚNICA DE ALAGOINHA	2	3
5	ALHANDRA	VARA ÚNICA DE ALHANDRA	2	3
6	AREIA	VARA ÚNICA DE AREIA	2	3
7	BANANEIRAS	VARA ÚNICA DE BANANEIRAS	2	3
8	BELÉM	VARA ÚNICA DE BELÉM	1	3
9	BOQUEIRÃO	VARA ÚNICA DE BOQUEIRÃO	1	3
10	CAAPORÃ	VARA ÚNICA DE CAAPORÃ	2	3
11	CONCEIÇÃO	VARA ÚNICA DE CONCEIÇÃO	3	4
12	CONDE	VARA ÚNICA DO CONDE	2	3
13	COREMAS	VARA ÚNICA DE COREMAS	2	2
14	GURINHÉM	VARA ÚNICA DE GURINHÉM	2	3
15	JACARAÚ	VARA ÚNICA DE JACARAÚ	2	3
16	JUAZEIRINHO	VARA ÚNICA DE JUAZEIRINHO	1	3
17	PEDRAS DE FOGO	VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO	2	3
18	PICUÍ	VARA ÚNICA DE PICUÍ	2	3
19	POCINHOS	VARA ÚNICA DE POCINHOS	2	3

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato Nº 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
20	PRINCESA ISABEL	VARA ÚNICA DE PRINCESA ISABEL	3	4
21	REMÍGIO	VARA ÚNICA DE REMÍGIO	2	2
22	RIO TINTO	VARA ÚNICA DE RIO TINTO	2	3
23	SANTA LUZIA	VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA	2	3
24	SÃO BENTO	VARA ÚNICA DE SÃO BENTO	3	4
25	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	-	3
26	SERRA BRANCA	VARA ÚNICA DE SERRA BRANCA	2	3
27	SOLÂNEA	VARA ÚNICA DE SOLÂNEA	2	3
28	SOLEDADE	VARA ÚNICA DE SOLEDADE	1	3
29	SUMÉ	VARA ÚNICA DE SUMÉ	2	3
30	TAPEROÁ	VARA ÚNICA DE TAPEROÁ	1	3
31	TEIXEIRA	VARA ÚNICA DE TEIXEIRA	2	3
32	UMBUZEIRO	VARA ÚNICA DE UMBUZEIRO	2	2

BLOCO 2 – VARAS MISTAS – ENTRÂNCIA INICIAL – 2 OU 3 UNIDADES

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	ARARUNA	1ª VARA MISTA DE ARARUNA	2	2
2	ARARUNA	2ª VARA MISTA DE ARARUNA	1	2
3	CATOLÉ DO ROCHA	1ª VARA MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA	3	3
4	CATOLÉ DO ROCHA	2ª VARA MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA	3	3
5	CATOLÉ DO ROCHA	3ª VARA MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA	3	3

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
6	CUITÉ	1ª VARA MISTA DE CUITÉ	2	2
7	CUITÉ	2ª VARA MISTA DE CUITÉ	2	2
8	ESPERANÇA	1ª VARA MISTA DE ESPERANÇA	2	2
9	ESPERANÇA	2ª VARA MISTA DE ESPERANÇA	2	2
10	INGÁ	1ª VARA MISTA DE INGÁ	2	2
11	INGÁ	2ª VARA MISTA DE INGÁ	2	2
12	ITABAIANA	1ª VARA MISTA DE ITABAIANA	3	3
13	ITABAIANA	2ª VARA MISTA DE ITABAIANA	3	3
14	ITABAIANA	3ª VARA MISTA DE ITABAIANA	3	3
15	ITAPORANGA	1ª VARA MISTA DE ITAPORANGA	2	3
16	ITAPORANGA	2ª VARA MISTA DE ITAPORANGA	2	3
17	ITAPORANGA	3ª VARA MISTA DE ITAPORANGA	2	3
18	MONTEIRO	1ª VARA MISTA DE MONTEIRO	2	2
19	MONTEIRO	2ª VARA MISTA DE MONTEIRO	2	2
20	PIANCÓ	1ª VARA MISTA DE PIANCÓ	2	3
21	PIANCÓ	2ª VARA MISTA DE PIANCÓ	2	3
22	POMBAL	1ª VARA MISTA DE POMBAL	2	2
23	POMBAL	2ª VARA MISTA DE POMBAL	2	2
24	QUEIMADAS	1ª VARA MISTA DE QUEIMADAS	2	2
25	QUEIMADAS	2ª VARA MISTA DE QUEIMADAS	2	2
26	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	1ª VARA MISTA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	2	2
27	SÃO JOÃO DO	2ª VARA MISTA DE	2	2

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
	RIO DO PEIXE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE		
28	SAPÉ	1ª VARA MISTA DE SAPÉ	2	3
29	SAPÉ	2ª VARA MISTA DE SAPÉ	2	3
30	SAPÉ	3ª VARA MISTA DE SAPÉ	2	3

BLOCO 3 - VARAS MISTAS – ENTRÂNCIAS INICIAL E FINAL – 4 OU MAIS UNIDADES
(Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira, Mamanguape, Patos, Santa Rita e Sousa)

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	BAYEUX	1ª VARA MISTA DE BAYEUX	2	2
2	BAYEUX	2ª VARA MISTA DE BAYEUX	2	2
3	BAYEUX	3ª VARA MISTA DE BAYEUX	2	2
4	BAYEUX	4ª VARA MISTA DE BAYEUX	2	2
5	BAYEUX	5ª VARA MISTA DE BAYEUX	2	2
6	BAYEUX	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE BAYEUX	1	2
7	CABEDELLO	1ª VARA MISTA DE CABEDELLO	2	3
8	CABEDELLO	2ª VARA MISTA DE CABEDELLO	2	2
9	CABEDELLO	3ª VARA MISTA DE CABEDELLO	2	2
10	CABEDELLO	4ª VARA MISTA DE CABEDELLO	2	2
11	CABEDELLO	5ª VARA MISTA DE CABEDELLO	2	2
12	CABEDELLO	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE CABEDELLO	2	2

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
13	CAJAZEIRAS	1ª VARA MISTA DE CAJAZEIRAS	2	2
14	CAJAZEIRAS	2ª VARA MISTA DE CAJAZEIRAS	2	2
15	CAJAZEIRAS	3ª VARA MISTA DE CAJAZEIRAS	1	2
16	CAJAZEIRAS	4ª VARA MISTA DE CAJAZEIRAS	2	2
17	CAJAZEIRAS	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE CAJAZEIRAS	1	2
18	GUARABIRA	1ª VARA MISTA DE GUARABIRA	2	2
19	GUARABIRA	2ª VARA MISTA DE GUARABIRA	2	2
20	GUARABIRA	3ª VARA MISTA DE GUARABIRA	2	2
21	GUARABIRA	4ª VARA MISTA DE GUARABIRA	2	3
22	GUARABIRA	5ª VARA MISTA DE GUARABIRA	2	3
23	GUARABIRA	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE GUARABIRA	2	2
24	MAMANGUAPE	1ª VARA MISTA DE MAMANGUAPE	2	2
25	MAMANGUAPE	2ª VARA MISTA DE MAMANGUAPE	2	2
26	MAMANGUAPE	3ª VARA MISTA DE MAMANGUAPE	2	3
27	MAMANGUAPE	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE MAMANGUAPE	1	0
28	PATOS	1ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
29	PATOS	1º JUIZADO ESPECIAL MISTO DE PATOS	2	2
30	PATOS	2ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
31	PATOS	2º JUIZADO ESPECIAL MISTO DE PATOS	2	2
32	PATOS	3ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
33	PATOS	4ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
34	PATOS	5ª VARA DE	-	4

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
		GARANTIAS		
35	PATOS	5ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
36	PATOS	6ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
37	PATOS	7ª VARA MISTA DE PATOS	2	2
38	SANTA RITA	1ª VARA MISTA DE SANTA RITA	2	2
39	SANTA RITA	2ª VARA MISTA DE SANTA RITA	2	2
40	SANTA RITA	3ª VARA MISTA DE SANTA RITA	2	2
41	SANTA RITA	4ª VARA MISTA DE SANTA RITA	2	2
42	SANTA RITA	5ª VARA MISTA DE SANTA RITA	2	2
43	SANTA RITA	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE SANTA RITA	1	2
44	SOUSA	1ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
45	SOUSA	2ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
46	SOUSA	3ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
47	SOUSA	4ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
48	SOUSA	5ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
49	SOUSA	6ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
50	SOUSA	7ª VARA MISTA DE SOUSA	2	2
51	SOUSA	JUIZADO ESPECIAL MISTO DE SOUSA	-	2

BLOCO 4 - CAMPINA GRANDE

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	CAMPINA GRANDE	10ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	-	3
2	CAMPINA GRANDE	1ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
3	CAMPINA GRANDE	2ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
4	CAMPINA GRANDE	3ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
5	CAMPINA GRANDE	4ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
6	CAMPINA GRANDE	5ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
7	CAMPINA GRANDE	6ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
8	CAMPINA GRANDE	7ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
9	CAMPINA GRANDE	8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
10	CAMPINA GRANDE	9ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE	2	3
11	CAMPINA GRANDE	1ª VARA CRIMINAL DE CAMPINA GRANDE	2	2
12	CAMPINA GRANDE	2ª VARA CRIMINAL DE CAMPINA GRANDE	2	2
13	CAMPINA GRANDE	3ª VARA CRIMINAL DE CAMPINA GRANDE	2	2
14	CAMPINA GRANDE	5ª VARA CRIMINAL DE CAMPINA GRANDE	2	2
15	CAMPINA GRANDE	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE	2	3
16	CAMPINA GRANDE	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE	2	3
17	CAMPINA GRANDE	1ª VARA DE FAMÍLIA DE CAMPINA GRANDE	3	2
18	CAMPINA GRANDE	2ª VARA DE FAMÍLIA DE CAMPINA GRANDE	3	2
19	CAMPINA GRANDE	4ª VARA DE FAMÍLIA DE CAMPINA GRANDE	2	2
20	CAMPINA GRANDE	5ª VARA DE FAMÍLIA DE CAMPINA GRANDE	2	2
21	CAMPINA GRANDE	1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	-	2

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
22	CAMPINA GRANDE	2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	-	2
23	CAMPINA GRANDE	1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	-	3
24	CAMPINA GRANDE	2º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	-	3
25	CAMPINA GRANDE	3ª VARA REGIONAL DE GARANTIAS	-	4
26	CAMPINA GRANDE	4ª VARA REGIONAL DE GARANTIAS	-	4
27	CAMPINA GRANDE	1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	1	3
28	CAMPINA GRANDE	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	1	3
29	CAMPINA GRANDE	3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	-	3
30	CAMPINA GRANDE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	2	2
31	CAMPINA GRANDE	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	6	2
32	CAMPINA GRANDE	VARA DE FEITOS ESPECIAIS	2	2
33	CAMPINA GRANDE	VARA DE SUCESSÕES	-	2
34	CAMPINA GRANDE	TRIBUNAL DO JÚRI	2	2
35	CAMPINA GRANDE	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	2	2

BLOCO 5 - JOÃO PESSOA

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	JOÃO PESSOA	1ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
2	JOÃO PESSOA	2ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
3	JOÃO PESSOA	3ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
4	JOÃO PESSOA	4ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
5	JOÃO PESSOA	5ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
6	JOÃO PESSOA	6ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
7	JOÃO PESSOA	7ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
8	JOÃO PESSOA	8ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
9	JOÃO PESSOA	9ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
10	JOÃO PESSOA	10ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
11	JOÃO PESSOA	11ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
12	JOÃO PESSOA	12ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
13	JOÃO PESSOA	13ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
14	JOÃO PESSOA	14ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
15	JOÃO PESSOA	15ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
16	JOÃO PESSOA	16ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
17	JOÃO PESSOA	17ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	3	4
18	JOÃO PESSOA	1ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
19	JOÃO PESSOA	2ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
20	JOÃO PESSOA	3ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
21	JOÃO PESSOA	4ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
22	JOÃO PESSOA	5ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
23	JOÃO PESSOA	6ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
24	JOÃO PESSOA	7ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	2
25	JOÃO	1ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO	2	3

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
	PESSOA	PESSOA		
26	JOÃO PESSOA	2ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA	2	3
27	JOÃO PESSOA	3ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA	2	3
28	JOÃO PESSOA	4ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA	2	3
29	JOÃO PESSOA	5ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA	2	3
30	JOÃO PESSOA	6ª VARA DE FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA	2	3
31	JOÃO PESSOA	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	5	5
32	JOÃO PESSOA	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	5	5
33	JOÃO PESSOA	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	5	5
34	JOÃO PESSOA	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	5	5
35	JOÃO PESSOA	1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE JOÃO PESSOA	1	2
36	JOÃO PESSOA	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE JOÃO PESSOA	2	2
37	JOÃO PESSOA	VARA DE ENTORPECENTES DE JOÃO PESSOA	2	3
38	JOÃO PESSOA	1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE JOÃO PESSOA	2	2
39	JOÃO PESSOA	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE JOÃO PESSOA	2	2
40	JOÃO PESSOA	1ª VARA REGIONAL DO JUÍZO DAS GARANTIAS	3	4
41	JOÃO PESSOA	2ª VARA REGIONAL DO JUÍZO DAS GARANTIAS	3	4
42	JOÃO PESSOA	1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	2	2
43	JOÃO PESSOA	2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	2	2
44	JOÃO PESSOA	1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL	2	4
45	JOÃO PESSOA	2º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL	2	4

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
46	JOÃO PESSOA	1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	-	4
47	JOÃO PESSOA	2º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA	-	4
48	JOÃO PESSOA	NÚCLEO DE SAÚDE SUPLEMENTAR - JP	-	4
49	JOÃO PESSOA	1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
50	JOÃO PESSOA	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
51	JOÃO PESSOA	3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
52	JOÃO PESSOA	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
53	JOÃO PESSOA	5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
54	JOÃO PESSOA	6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
55	JOÃO PESSOA	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
56	JOÃO PESSOA	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JOÃO PESSOA	2	3
57	JOÃO PESSOA	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE JOÃO PESSOA	2	3
58	JOÃO PESSOA	VARA DE EXECUTIVOS FISCAIS	3	7
59	JOÃO PESSOA	VARA DE FEITOS ESPECIAIS DE JOÃO PESSOA	2	3
60	JOÃO PESSOA	VARA DE SUCESSÕES DE JOÃO PESSOA	2	4
61	JOÃO PESSOA	VARA MILITAR DE JOÃO PESSOA	1	1
62	JOÃO PESSOA	VEPA – JOÃO PESSOA	2	2
63	JOÃO PESSOA	VEP – VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE JOÃO PESSOA	4	6
64	MANGABEIRA	1ª VARA CÍVEL	-	4
65	MANGABEIRA	2ª VARA CÍVEL	-	4
66	MANGABEIRA	1ª FAMÍLIA	-	3

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
	RA			
67	MANGABEIRA	2ª FAMÍLIA	-	3

BLOCO 6 - TURMAS RECURSAIS

Nº de ordem	Comarca	Unidade	Número de Assessores (Ato 22/2022)	Número que cada unidade passa a ter direito (Lei n. 13.865/2025)
1	TURMA RECURSAL	JUIZ EDVAN RODRIGUES ALEXANDRE	2	3
2	TURMA RECURSAL	JUIZ FABRÍCIO MEIRA MACEDO	2	3
3	TURMA RECURSAL	JUIZ PAULO ROBERTO RÉGIS	2	3
4	TURMA RECURSAL	GABINETE 3 DA 2ª TURMA RECURSAL DE JÃO PESSOA (vago)	2	3
5	TURMA RECURSAL	JUIZ JOÃO BATISTA VASCONCELOS	2	3
6	TURMA RECURSAL	JUIZ JOSÉ FERREIRA RAMOS JÚNIOR	2	3
7	TURMA RECURSAL	JUIZ MANOEL GONÇALVES DANTAS ABRANTES	2	3
8	TURMA RECURSAL	JUIZ MARCOS COELHO SALES	2	3
9	TURMA RECURSAL	JUÍZA RITA DE CÁSSIA MARTINS ANDRADE	2	3